

PROGRAMA DE FINANCIAMENTO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESAS

Ampliando o seu campo de atuação em benefício do desenvolvimento do setor industrial, o BNDE vem de instituir o "Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresas — FIPEME", destinado a atender à expansão da produção e melhoria da produtividade de pequenas e médias indústrias do País.

O Programa prevê aplicações maciças de recursos, quer originários dos próprios fundos do Banco, quer proporcionados através de operações celebradas no exterior, pelo BNDE, com êsse objetivo. Em relação aos recursos externos, foi assinado em dezembro último, em Washington, o contrato de empréstimo no valor de 27 milhões de dólares, concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao BNDE. O mesmo contrato também foi solenemente assinado na sede do Banco, tendo firmado o documento o Presidente Dr. José Garrido Torres, em nome da Entidade, e o Diretor de Operações do BID, Dr. Ewaldo Corrêa Lima, antigo Diretor do BNDE, na presença do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, Embaixador Roberto de Oliveira Campos, Diretores, Conselheiros e altos funcionários da Casa e outras autoridades.

Estão sendo ultimadas, outrossim, as negociações relacionadas com o empréstimo de 27 milhões de marcos, entre o BNDE e o Kreditanstalt für Wiederaufbau, da República Federal da Alemanha, cujos recursos também serão aplicados no FIPEME.

O esquema financeiro do FIPEME prevê, do mesmo modo, a participação de bancos regionais e estaduais de desenvolvimento que queiram participar do Programa.

Os empréstimos concedidos pelo FIPEME deverão ser utilizados para o financiamento de investimentos em capital fixo, que se destinem à instalação e/ou ampliação de empresas de pequeno porte, relacionados com a aquisição de equipamentos nacionais ou importados, obras de construção civil e, eventualmente, serviços técnicos referentes à elaboração de projetos.

O Programa deverá contemplar atividades produtoras de bens de capital e de bens de consumo, desde que tais atividades sejam

relevantes para o desenvolvimento da economia nacional e regional; para a melhoria do suprimento de bens de consumo genérico e a exportação. Os setores enquadráveis para efeito de financiamento são os seguintes: indústrias mecânica, metalúrgica, de material elétrico e comunicações, química, de fertilizantes e de corretivos, de inseticidas e fungicidas, de celulose, de papel e papelão, de alimentação; industrialização de madeira; indústria têxtil (reequipamento); indústria de couros e peles; exploração e transformação de minerais; industrialização de fibras vegetais; indústria de artefatos de borracha e plásticos.

Há que considerar, entretanto, algumas limitações de natureza regional e setorial, às operações do FIPEME, decorrentes de disposições contidas no contrato de empréstimo firmado com o BID. Assim é que os recursos daquele empréstimo não poderão destinar-se ao financiamento de:

- a) projetos localizados na Região Nordeste ou naquelas áreas em que o Banco do Nordeste possa operar. Essa limitação resulta do fato de o Banco do Nordeste dispôr de recursos da ordem de 10 milhões de dólares, decorrentes do empréstimo concedido pelo BID, para aplicação na área de sua atuação;
- b) desenvolvimento da produção cafeeira, açucareira, da banana e do cacau;
- c) produção de bens de consumo restrito ou não essencial;
- e) capital de giro das empresas.

Em cada operação do FIPEME serão observadas as seguintes normas:

- a) o mutuário final será obrigado a concorrer, pelo menos, com 20% do total do investimento fixo;
- b) as instituições de crédito a que fôrem repassados fundos para a execução do Programa deverão comprometer-se a proporcionar os recursos requeridos para completar o financiamento do projeto, sempre que os fornecedores de

equipamento ou os próprios mutuários finais não puderem suprir tais recursos;

- c) em casos específicos, a juízo do Grupo Executivo do FIPEME, o BNDE poderá proporcionar recursos adicionais até o montante que, somado aos fundos oriundos do empréstimo do BID, não ultrapasse a 60% do investimento fixo.

As operações de empréstimo do FIPEME, em cruzeiros, se farão, sempre, mediante cláusula de correção monetária. Serão cobrados, além de uma comissão de abertura correspondente a 1% do valor do financiamento, juros de 8% ao ano e taxa de fiscalização de 0,5%, ambas as taxas a incidir sô-

bre os saldos devedores reajustados. No repasse de recursos do FIPEME a agências de crédito, serão cobrados juros reais de 6% ao ano, dispensando-se a taxa de fiscalização.

O prazo de resgate das operações será no máximo de 4 anos, nêle incluída a carência, podendo, em casos excepcionais, ser estendido até 6 anos. O pagamento do principal e juros das operações se fará semestralmente.

Para dar execução ao Programa de Financiamento à Pequena e Média Emprêsas, o BNDE instituiu um Grupo Executivo, que funciona na própria sede do Banco.

O PRESIDENTE GARRIDO TORRES ASSINA O CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE 27 MILHÕES DE DÓLARES CONCEDIDO PELO BID AO BNDE, TENDO À SUA DIREITA O REPRESENTANTE DO BID, DR. EWALDO CORRÊA LIMA, E À ESQUERDA O EMBAIXADOR ROBERTO CAMPOS, MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA

